

OS PERIÓDICOS MÉDICOS - A REVISTA DE GINECOLOGIA E D'OBSTETRÍCIA

Patrícia de Freitas¹

INTRODUÇÃO:

O objetivo deste artigo é evidenciar a importância das revistas médicas como fonte de pesquisa histórica. Particularmente, apresentando a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia, periódico especializado editado entre 1907-1978. Este período é muito significativo, pois assinala seu longo percurso, dando-lhe o título de periódico médico que por mais tempo circulou no Brasil.

DESENVOLVIMENTO:

Analisando a imprensa médica no Brasil, Lycurgo Santos Filho evidenciou sua existência² desde a fundação das escolas de medicina. Neste período inicial, teriam surgido mais de cinquenta publicações que versavam sobre medicina e farmácia. Muitos desses periódicos tiveram uma curta duração, assim como tiragem limitada e circulação restrita. Foram lançados periódicos médicos no Rio de Janeiro e Salvador. Além destas duas cidades também havia publicações no Recife, Maranhão, Campos, Fortaleza, Niterói e São Paulo. O primeiro periódico brasileiro foi O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia, que circulou apenas em dois volumes: um publicado em 1827 e outro, em 1828. Algum tempo depois, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro lançou seu caderno divulgador, o Semanário de Saúde Pública, entre os anos de 1831 e 1833.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Rede Pública do Estado de Santa Catarina.

² SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1977.

O periódico publicado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina (1835), divulgava as atividades da instituição, publicando atas das sessões, relatórios de trabalhos e os trabalhos dos seus consorciados.³ Para Santos Filho a *Gazeta Médica da Bahia*, órgão de divulgação da Escola Tropicalista Baiana, era o mais significativo deles, sendo lançada em 1866. Ainda naquele momento de implantação das faculdades, publicaram-se teses de doutoramento, defendidas no último ano do curso médico, as teses de concursos às cátedras, as memórias, os compêndios e os tratados.⁴

Luiz Otávio Ferreira, que estudou os periódicos médicos que circularam no Rio de Janeiro entre 1827 e 1843,⁵ acredita que essas revistas foram instrumentos fundamentais de formação e ampliação da medicina. A pequena duração dos periódicos talvez possa ser explicada pelas sérias dificuldades materiais e culturais para a sua institucionalização.⁶ Os periódicos brasileiros teriam seguido a tradição européia que, até o final do século XVIII, não os havia singularizado como um instrumento de divulgação de trabalhos originais. Nossas primeiras revistas médicas difundiam o conhecimento europeu apresentando traduções de capítulos de livros, assim como apontamentos de enciclopédias médicas que haviam sido publicadas em jornais e revistas estrangeiras.⁷

A *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* teve seu primeiro número publicado em agosto de 1907 e desde o início intitulou-se como o primeiro periódico do gênero, o que, nesse sentido, preencheria uma lacuna na literatura médica do país, pois “[...] não há em todo Brasil, ao que conste, qualquer jornal médico destinado exclusivamente às questões de obstetrícia e ginecologia”.⁸ A cada edição comemorativa de aniversário, a revista se autodenominou o

³ FERREIRA, Luiz O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, ciência e saúde*, vol. 6, n. 2, jul.-out. 1999. p. 03.

⁴ SANTOS FILHO, L. op. cit. p. 487-488.

⁵ FERREIRA, Luiz O. op. cit. p.03.

⁶ *Ibid.*, p. 03.

⁷ *Id.*

⁸ MOTTA, A. R. de Oliveira. *A Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia. Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, ano I, n. I, p. 01-02 ago. 1907, p. 01.

verdadeiro e primeiro arauto da ginecologia, obstetrícia e pediatria⁹ no Brasil.

Dr. Alberto Ribeiro de Oliveira Motta, no edital comemorativo de primeiro ano da revista, coroava os esforços e a tenacidade daqueles que haviam empreendido uma obra de ciência e patriotismo. Para o diretor da revista, todas as dificuldades enfrentadas naquele primeiro ano de publicação foram válidas, pois o periódico representava “[...] uma fagueira esperança no futuro.”¹⁰ Mesmo assim, chamava a atenção para os problemas enfrentados pelos seus editores, atestando a deficiência de clínicas médicas, o que dificultava a prática médica, reclamando da indiferença do brasileiro para o que era seu. Mas, devido à acolhida interessada e bondosa dos assinantes e leitores no Brasil e no estrangeiro, tudo recompensava; a administração e a redação “[...] envidará tudo quanto for mister para o engrandecimento e progresso do primeiro arquivo de obstetrícia nacional.”¹¹ Nesse sentido, o discurso desses médicos pode ser considerado normativo, pois eles procuravam regulamentar a sexualidade do homem e da mulher, a educação das crianças, dentre outros temas.

A longevidade da publicação, enfim, seus quase oitenta anos (1907/1978), deram-lhe o título de revista médica que por mais tempo circulou no Brasil. A regularidade e a estabilidade da revista mensal (impressa inicialmente pela Tipografia Besnard Freres – Rua do Hospício, 130 na cidade do Rio de Janeiro) teve na figura do médico Alberto Ribeiro de Oliveira Motta, ou como costumava assinar seus artigos e editoriais Dr. A. R. de Oliveira Motta, seu maior colaborador. Além de haver fundado a revista, Oliveira Motta foi seu diretor até 1956.

A revista recebeu, em janeiro de 1922, a denominação de Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Ginecologia, título que sustentou em sua capa até julho de 1929, quando, a partir de então, deixou de representar a citada sociedade. O Dr. A. R. de Oliveira Motta, retirou a denominação oficial da instituição pelo

⁹ A revista, em janeiro de 1919, incluiu no seu título a especialidade pediátrica, transformando-se em *Revista de Ginecologia, d'Obstetrícia e de Pediatria*, o que perdurou até dezembro de 1920. Importante destacar que, com ou sem a denominação pediatria em seu título, a revista sempre tratou de temas ligados à infância, o que está intimamente ligado à postura do periódico.

¹⁰ MOTTA, A. R. de Oliveira. A Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, ano I, n. I, ago. 1907, p. 01.

¹¹ MOTTA, A. R. de Oliveira. Primeiro Ano. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, jul. 1908. p. 285.

fato de um dos associados haver recusado ao secretário de redação da revista um trabalho lido numa das sessões da Sociedade Brasileira de Ginecologia. A revista, que desde que assumira a obrigação de publicar oficialmente todas as atas e trabalhos apresentados nas reuniões da Sociedade, segundo seu diretor, nunca poupou esforços para que tudo corresse de modo correto. Todavia, se um sócio desta Sociedade recusava-se a publicar trabalhos no órgão oficial de publicidade, a este caberia o dever de exonerar-se do cargo, evitando assim maiores embaraços a Sociedade.¹²

Algumas décadas depois, em 1962, um editorial orgulhoso anunciava que a partir daquele exemplar a revista passaria a representar o órgão oficial da Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasco), o que significava, nas palavras do redator, a abertura de um canal de comunicação não apenas da Federação, mas de todas as Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia do país.

A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia sente-se realizada. Não nos anima senão o desejo de servir, a continuar a ser o que em 55 anos temos sido: o repositório das atividades de Obstetrícia e de Ginecologia, os anais do grande e pertinaz trabalho dos tocoginecologistas [especialistas em partos e moléstias das mulheres] do Brasil.¹³

Em 1967, a revista passou a representar também o Centro de Estudos da Maternidade de São Paulo e, em 1972, a Febrasco já não aparece mais no frontispício da revista. Dois anos mais tarde um novo editorial anunciava a adoção de mais um órgão oficial, a Sociedade Paulista de Perinatologia, criada durante as comemorações da fundação da Maternidade de São Paulo. Ainda segundo o edital, a perinatologia (bem-estar de fetos e recém-nascidos) era uma disciplina que havia aparecido recentemente e que reunia conhecimentos de obstetrícia,

¹² MOTTA, A. R. de Oliveira. Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia – Aviso aos seus leitores. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, ago. 1929. p. 328-329.

¹³ Em janeiro de 1962, com a revista sob nova direção e comemorando o 55º aniversário comunicou-se que a partir daquela data a revista apresentaria em seu frontispício o título de Órgão Oficial da Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e d' Obstetrícia (FEBRASCO), que congregava a Federação e todas as suas filiadas. REZENDE, Jorge de. Nótula editorial. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jan. 1962. p. 01-02. (grifo meu)

neonatologia e de matérias correlatas, pois abrangeria o conceito antes, durante e depois do parto.¹⁴ A revista, ao longo de sua duração, especialmente durante o longo período da primeira direção, pareceu lutar incansavelmente para se manter na primogenitura das publicações na área da ginecologia, obstetrícia e pediatria.

Ao que tudo indica, artigos sobre obstetrícia e ginecologia circulavam em jornais e revistas da área médica. Esse jornalismo científico, que emergiu em grande quantidade a partir de meados do século XIX, foi editado em sua maioria nos principais centros médicos do Império.¹⁵ Em sua tese sobre Mme. Durocher¹⁶, a historiadora Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza, destaca que esta profissional, antes mesmo de ser admitida como sócia da Academia Imperial de Medicina, escreveu cartas, propostas e observações¹⁷ relacionadas à clínica obstétrica no periódico desta agremiação. No entanto, antes mesmo da participação efetiva de Mme. Durocher nas páginas dos Anais Brasileiros de Medicina, duas outras parteiras publicaram seus apontamentos no órgão de divulgação da Academia. Em 1865, Tereza Jesuina Tygna apresentou o texto intitulado “A congestão do útero provocando aborto” e, no ano seguinte, Felicíssima Ferreira discorreu uma nota sobre “Supefetação”.¹⁸

Estes dados acima citados, referentes a parteiras que escreviam sobre suas práticas na imprensa médica, põem em evidência a participação feminina na discussão de temas relacionados às especialidades voltadas às mulheres num espaço institucionalizado. O mais relevante é perceber como suas observações foram respeitadas pelos profissionais “habilitados”, a ponto de seus pareceres e considerações serem publicados e haverem chegado até nossos dias.

Artigos sobre ginecologia e pediatria, que então faziam parte de um campo de abrangência maior da medicina chamado “medicina interna”, também circulavam no interior de outras revistas médicas, como no caso da *Gazeta Médica*

¹⁴ Editorial. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, set. out. 1974, p. 226.

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 198-199.

¹⁶ O objetivo da historiadora foi “pensar a prática profissional de Mme. Durocher em relação aos conhecimentos sobre a parturição do século XIX.” Cf. SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes MME. Durocher e sua época*. 1998. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 10.

¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 194 (nota de rodapé nº 55).

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 194 (nota de rodapé nº 54).

da Bahia, de 1866, e do *Brazil Médico*, de 1887, que era vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.¹⁹ Ainda na segunda metade do século XIX, em 1861, foi publicada a *Revista Obstétrica*.²⁰ A coleção encontrada na Biblioteca Nacional está incompleta e, ao que tudo indica, a revista teve uma curtíssima duração, mas nem por isso foi pouco tumultuada, como já indicava seu subtítulo: um jornal mensal que se denominava: “[...] científico, humanitário e crítico. Expressamente destinado às controvérsias médicas e farmacêuticas.”²¹ Os colaboradores natos seriam todos aqueles médicos ou parteiros que destinassem artigos a serem publicados na revista. A preocupação dos editores foi a de que, além da área da obstetrícia, a revista se interessasse pelas novidades, por novos achados, desde que envolvessem a medicina:

[...] cada número dessa revista [...] constará de memórias ou monografias oferecidas a redação, além da tradução e simples transcrição dos artigos obstétricos, ou puramente médicos de progresso e notável interesse, como de efemérides d’uma quinzena, fatos clínicos, notícias das operações e estatísticas dos nossos práticos e suas polêmicas científicas, sob as condições acima ditas.²²

A redação da revista parece que seguiu imune a qualquer referência ou nota acerca das publicações anteriores, como no caso acima mencionado, ou ainda da *Revista Ginecológica Brasileira*, de 1887. A única menção encontrada acerca do surgimento de um novo periódico diz respeito a uma nota do seu diretor/fundador, que anunciou, em janeiro de 1936, o surgimento do 1º fascículo do volume I da *Revista de Obstetrícia e Ginecologia* de São Paulo, em julho de 1935. O diretor felicitou a nova publicação na área da ginecologia e da obstetrícia e aproveitou para lembrar aos seus leitores que não se tratava da mesma revista, apesar da semelhança dos nomes.²³

¹⁹ SCHWARCZ, L. op cit., p. 198-219.

²⁰ ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001. p. 66.

²¹ *Revista Obstétrica*, nº 2-4, mai./jul. 1861.

²² GARCIA, José Maurício Nunes. Editorial. *Revista Obstétrica*, nº 2-4, mai./jul. 1861. p. 137.

²³ *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, jan. 1936. p. 67.

Por coincidência ou não, em dezembro de 1935, uma nota anunciava que a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia passaria a contar com colaborações estaduais, permitindo a cada Estado do Brasil publicar uma verdadeira revista especializada sem qualquer desperdício monetário. Bastava formar uma comissão que angariasse e selecionasse trabalhos originais e inéditos. A idéia teria sido aceita com entusiasmo pelas figuras mais representativas das especialidades nos Estados.²⁴ Na publicação do mês seguinte, já apareceu um adendo intitulado Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia – “Secção do Estado de Minas Gerais”; em junho de 1938, publicou-se a “Secção dos Estados do Norte do Brasil” (Bahia ao Amazonas).

A publicação destas seções extras aumentou o número de páginas da revista e, conseqüentemente, de leitores. Ou o editor estava preocupado com os especialistas perdidos na imensidão do Brasil ou pensava em minar a idéia de novos periódicos. Com isso, o editor parecia querer impedir que outras revistas aparecessem, pelo menos indiretamente. O fato é que a Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia sobreviveu mesmo diante das dificuldades e de outras revistas congêneres. No final da década de 30 é notório o acréscimo de páginas da revista, assim como um número significativo de anúncios. A publicidade teve uma participação significativa²⁵ no que tange ao custo do periódico.²⁶

Existia um certo ar de rivalidade entre as instituições médicas do país no início do século XX, em especial entre os seus dois principais centros irradiadores do saber: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia. É provável que essa rivalidade tivesse reflexos também nas publicações. Além do aumento de páginas, a revista, a partir de 1936, promoveu transformações no seu suporte, o que proporcionou, com a adoção do papel

²⁴ *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, dez. 1935. p. 654-655.

²⁵ Como já foi dito num momento anterior, em meados do século XIX surgiu um número significativo de publicações na área médica. Segundo Lilia M. Schwarcz, esta variedade de jornais e revistas científicas também foi motivada pelo aumento de produtos farmacêuticos, que impulsionaram a publicidade e, conseqüentemente, a garantia da periodicidade de muitas dessas revistas. Cf. SCHWARCZ, L. op. cit., p. 198-199.

²⁶ No segundo número da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, de setembro de 1907, já constavam os primeiros anúncios.

couché, uma maior nitidez aos seus textos. Os periódicos que existiam ou estavam por vir preocupavam sim seus editores; não foi por acaso que o diretor da revista agradeceu a preferência pelo seu periódico. A concorrência já não podia mais ser ignorada.

[...] a longa existência desta Revista e sua longa distribuição no nosso país e no estrangeiro, assim como a sua orientação exclusivamente dedicada ao progresso da especialidade, justificam o apoio e a estima de que temos gozado e nos dão o direito de continuar a merecer a preferência de leitores e anunciantes.²⁷

É em função destas constatações e da longa duração da revista que se pode destacar a luta e a competência de seu diretor/fundador, que resistiu a tantos governos, assim ocorreu com os seus redatores, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando o espaço para a atuação dos médicos era precário, conforme não cansavam de denunciar:

[...] o estado de abandono em que se acham entre nós, muitos capítulos da assistência à infância, que dizem respeito à obstetrícia, tais como: a amamentação, a proteção à mulher, antes e depois do parto, traduzem, no confronto com os outros países da América e da Europa, uma negligência criminosa.²⁸

Os médicos, nesse período, devem ser considerados observadores que procuravam intervir na sociedade. Os profissionais da medicina empenhavam-se em retratar as condições da assistência à infância e da proteção à gestante de modo bastante contundente. Eles mapeavam as condições de vida da população e apresentavam o resultado de suas investigações em periódicos, congressos, teses, colóquios. A Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia, dentro desta perspectiva, pode ser considerada um depositário especializado de informações sobre o corpo das mulheres, em especial sobre a gravidez, pois: "A parte infantil

²⁷ *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, dez. 1935. p. 654-655.

²⁸ *A Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia. Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, ano I, n. I, p. 01-02, ago. 1907, p. 02.

da população de qualquer Pátria é o viveiro dos servidores que hão de sustentá-la e engrandecê-la.”²⁹ Daí pregarem discursos normativos acerca da sexualidade, da organização das famílias, da educação das crianças, dentre outros.

Ainda sobre a circulação de revistas médicas na área de especialidades dedicadas às mulheres, deve-se destacar que, entre 1861 e 1940, a ginecologia e a obstetrícia no Brasil contava com um total de sete publicações.³⁰ Entre elas, a revista pesquisada nesta tese, teve o maior tempo de duração (1907-1978). Esse número de publicações parece-me bastante significativo, e demonstra como a ginecologia e a obstetrícia, na primeira metade do século XX, suscitava interesse por parte dos profissionais da área médica, que utilizavam as páginas dos periódicos para discutir aspectos relevantes sobre sua prática.

Além de destacar o acréscimo no número de publicações e o reconhecimento das especialidades, é importante deixar explícito que o discurso assumido por essas revistas faz lembrar, talvez de um modo mais brando, àqueles das revistas médicas que tratavam das doenças mentais ou da higiene pública. A intelectualidade brasileira, influenciada por teorias raciais importadas, tentou explicar as peculiaridades de um país como o Brasil, uma recém-nascida república, composta por um povo miscigenado. A eugenia parecia responder a esses impasses, sintonizando-se, ao mesmo tempo, com os ideais republicanos de ordenação e aperfeiçoamento físico e moral da população.³¹

Logo, caberia aos médicos a missão de promover o progresso da nação, o que significava retirar o povo de um estado de degeneração física e moral. Sob a égide da medicina, engenheiros e educadores também se juntaram à batalha em prol de uma nação devidamente civilizada. O espaço urbano foi palco de inúmeras transformações, como a demolição de casas e cortiços para a construção de grandes avenidas, ampliação da área do comércio, remodelação dos portos.

²⁹ SILVADO, Jaime. Considerações sobre a puericultura no Rio de Janeiro. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, n. 2 set. 1907. p. 56.

³⁰ *Revista Obstétrica (1861)*; *Revista Ginecológica Brasileira (1887)*; *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia (1907-1978)*; *Revista Brasileira de Ginecologia (1922-1931)*; *Clínica Obstétrica (1928-1931)*; *Revista de Ginecologia e Obstetrícia de São Paulo (1935-1947)*; *Anais Brasileiros de Ginecologia (1936-1940)*. Cf. ROHDEN, F. op. cit., p. 66-67.

³¹ MARQUES, Vera Regina B. *A medicalização da raça*. Editora da UNICAMP, 1994. p. 61.

Homens e mulheres, para se enquadrarem nos padrões morais da ordem burguesa, passaram pelas mesmas transformações, só que de um modo muito mais sofisticado. O discurso médico-sanitarista atribuiu à mulher, ao homem e à criança papéis específicos, adaptando-os ao ideal eugênico de aprimoramento da raça.

Cabe aqui mais uma vez ressaltar a importância de estudos na área das ciências biológicas, particularmente das revistas da área médica, onde o corpo humano é apresentado de modo peculiar. Os artigos, além de contarem com um texto escrito, o que já representa uma fonte rica de pesquisa, expõem os corpos de modo muito particular. James Roberto Silva, investigando fotografias em revistas médicas paulistanas entre 1898- 1920,³² mostrou como as pessoas acometidas de enfermidades, e que foram escolhidas para serem fotografadas, precisavam apresentar sintomas visuais aparentes e evidentes. As doenças precisavam aparecer literalmente, ter visibilidade, dando mostras na pele, no corpo, ou ainda afetar a aparência ou a coordenação motora do paciente.³³ James observou que o fato ocorria apenas nas revistas especializadas, cujo público leitor muito provavelmente se restringia aos médicos, visto que em álbuns oficiais tais fotografias estavam ausentes, “[...] em que tudo era mostrado sob o império da organização e da assepsia.”³⁴

No caso das revistas especializadas em ginecologia e obstetrícia, particularmente da Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia, os textos foram escritos, em geral, por homens brancos, médicos, de classes abastadas, sem querer ignorar a presença das médicas. É preciso lembrar que, neste caso, quando poucas mulheres escrevem, o sexo individual tem uma importância relativa.³⁵ Afirma-se com isso que as revistas possuíam uma postura masculina, num espaço dito científico, neutro por excelência. O prognóstico que se fazia das mulheres era sempre definido por intermédio dos papéis normativos de mãe zelosa, esposa fiel e dedicada. Segundo a revista médica, a mulher se realizaria e alcançaria a cura em função de algo externo a ela, ou seja, gestando e criando seus filhos

³² SILVA, James Roberto. De aspecto quase florido. Fotografias em revistas médicas paulistanas, 1898-1920. *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 41, p. 201-216, 2001.

³³ *Ibid.*, p. 205.

³⁴ SILVA, J. op. cit., p. 205.

³⁵ PERROT, Michelle et PAIRE, Alain (org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris/Marseille: Rivages, 1983. p. 8.

com fins patrióticos, o que representaria uma realização do seu papel maternal.³⁶ Estas observações são importantes dão pistas para a análise de textos técnicos que constituem o bojo das revistas médicas especializadas e que deste modo transformam-se em importante fonte de pesquisa sob o ponto de vista das ciências humanas.

CONCLUSÃO:

Denise B. de Sant'Anna, chama as ciências humanas, em especial a história, para tais pesquisas. Segundo esta autora o corpo é uma fonte de saber inesgotável e, dentro de uma infinidade de pesquisas, para ela parece que “[...] os estudos que buscam conhecer os processos de manipulação dos corpos nos espaços das indústrias e dos laboratórios responsáveis pela fabricação de produtos para a preservação da vida”³⁷ ainda precisam ser destrinchados pelos historiadores. O historiador, que já adentrou em tantos recintos proibidos, precisa investigar os laboratórios, as indústrias de saúde. Além disso, uma investigação apurada é capaz de desvincular uma aura de neutralidade dos locais das Ciências que foram considerados “[...] exteriores à toda historicidade e a toda poluição ideológica.”³⁸

Tanto o texto da historiadora Denise Sant'Anna, como os do historiador Thomas Laqueur³⁹ e da filósofa Susan R. Bordo⁴⁰ mostram como o corpo é um objeto pensado. Laqueur, além de evidenciar que as diferenças sexuais são

³⁶ Um outro texto importante que trabalha com artigos em revistas no período 1902-1920, dentro da perspectiva de gênero, o trabalho de SCHEREIDER, Rosa Maria. As relações de gênero e a história produzida pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Esboços*, v. 4, nº 4, p. 23-37, jun./dez. 1996.

³⁷ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo, história e cidadania. MARINS, Ismênia; MOTTA, Rodrigo; IOKOI, Zilda (orgs.). *História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, p. 171-184, 1998. p. 172.

³⁸ *Ibid.*, p. 173.

³⁹ LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo. Cuerpo género desde los griegos has Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

⁴⁰ BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-41.

historicamente produzidas, destacou também a construção das oposições, uma redefinição da “natureza” da mulher através dos tempos, vista na perspectiva de médicos. Estes profissionais construíram a idéia da oposição do corpo masculino e do corpo feminino através do orgasmo. Segundo os manuais de parteiras e médicos do século XVIII, a concepção só seria possível caso a mulher tivesse um orgasmo, idéia esta que desapareceu, após o século XVIII. O orgasmo, que até então era propriedade da concepção, passou a ser interpretado de forma separada. A natureza de gênero é dada pela cultura quase tudo que se deseja dizer sobre sexo já é dito na batalha cultural de gênero. Logo, mudam as relações para mudar as concepções, ou seja, os discursos, sobre o corpo em especial, correspondem a novas formas de percebê-lo, dentro de uma nova configuração política.

Embasada nos textos de Michel Foucault, Bordo demonstra como o corpo é “[...] um lugar prático direto de controle social”.⁴¹ O engajamento e as lutas por mudanças podem ser traídos por nossos próprios corpos, em especial os corpos femininos, que sofrem um processo cada vez mais exacerbado de “aperfeiçoamento”. “Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas”.⁴² O que parece mais importante nesta análise é a ênfase por um discurso político eficaz sobre o corpo feminino que se encontra cada vez mais controlado. Para tanto, seria preciso reconstruir o discurso feminista dos anos 60 e 70. Bordo enfatizou que o poder deve ser interpretado através dos conceitos de Foucault, visto como uma rede de práticas, de mecanismos constitutivos e não repressivos. Por último, acentuou a necessidade da recuperação da rebeldia para que possamos analisar as relações de poder e ao mesmo tempo “[...] confrontar os mecanismos pelos quais o sujeito se torna às vezes enredado, conivente com forças que sustentam sua própria opressão”.⁴³

⁴¹ Ibid., p. 19.

⁴² Ibid., p. 20.

⁴³ Ibid., p. 22.

A fala destes autores remetem à necessidade de estudar os textos produzidos por médicos, particularmente à necessidade de pesquisas que tenham como fonte os periódicos especializados, compreendidos como espaço de construção de saberes sobre o corpo feminino, de experiências como a menstruação, a gravidez, o parto e a menopausa. Ao historiador/a caberia compreender como tais vivências foram interpretadas e como essas interpretações chegam até as mulheres em forma de modos de conduta, proibições, censuras que podem ser apresentados como recomendações, orientações, dicas... Cabe à história questionar a áurea de neutralidade que envolve o discurso das ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FERREIRA, Luiz O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, ciência e saúde*, vol. 6, n. 2, jul.-out. 1999.
- JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MARINS, Ismênia; MOTTA, Rodrigo; IOKOI, Zilda (orgs.). *História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, p. 171-184, 1998. p. 172.
- MARQUES, Vera Regina B. *A medicalização da raça*. Médicos, educadores e o discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.
- LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo. Cuerpo género desde los griegos has Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.
- PERROT, Michelle et PAIRE, Alain (org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris/Marseille: Rivages, 1983.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1977.
- SCHEREIDER, Rosa Maria. As relações de gênero e a história produzida pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Esboços*, v. 4, nº 4, p. 23-37, jun./dez. 1996.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, James Roberto. De aspecto quase florido. Fotografias em revistas médicas paulistanas, 1898-1920. *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 41, p. 201-216, 2001.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes MME. Durocher e sua época*. 1998. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.